

Nada a defender, tudo a inventar¹

Giuseppe Cocco²

The Day After: depois da restauração de junho

O voto crítico, que consistiu em apoiar Dilma em outubro de 2014 e, pois, a repressão de junho e do movimento contra Copa e Olimpíadas, foi um elemento estratégico da restauração petista – e mais em geral, governista – contra o levante democrático de junho de 2013. Repetiram a lógica do *menos pior* como se Junho não tivesse acontecido. A grande maioria daqueles que tinham se deixado levar pela matilha selvagem de junho voltou ao rebanho e se deixou covardemente fechar no curral do lulismo. Foi alguma coisa quase próxima da covardia física, antes de ser política. O voto crítico não apenas foi um episódio de estalinismo, como também participou – e continua participa ativamente – da destruição da subjetividade: a potência que hoje nos falta para preencher o momento constituinte. O abismo que se abre com a crise política e a grave recessão econômica não está sendo ocupado por nenhuma dinâmica de radicalização democrática. É preciso enfatizar: esse vazio acontece porque o levante de junho de 2013 foi restaurado pelo PT e, mais em geral, pelo governismo. Hoje, essa restauração assume contornos claros: o PT tinha que respeitar os compromissos com os donos do dinheiro e sua moeda falsa. Mas por um bom intervalo, entre junho de 2013 e junho de 2014, a coragem da verdade afirmada pela multidão dos jovens que enfrentaram a repressão estatal forjou uma moeda verdadeira. A restauração que o PT promoveu foi mesmo a volta da circulação forçada de uma moeda falsa: aquela impressa pela Casa da Moeda e validada pelo selo das relações neocoloniais entre cartéis de partidos, cartéis de empresas, isso sem nunca esquecermos as empresas dos cartéis. O Estado Grande e as

¹ O presente texto é uma versão ampliada e revisada dos dois artigos publicados pelo autor no site do Instituto Humanitas da Unisinos (IHU), em 2 de maio de 2017 (“Não temos nada a ajustar, mas tudo a inventar”), <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567077-nao-temos-nada-a-ajustar-mas-tudo-a-inventar-parte-i-nao-temos-nada-a-defender>, e em 9 de junho de 2017 (“A rede com ‘r’ minúsculo e as reformas”), <http://www.ihu.unisinos.br/568527-a-rede-com-r-minusculo-e-as-reformas>

² Giuseppe Cocco, pesquisador da UniNômade, é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova, mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes e coordenador da coleção A Política no Império (Civilização Brasileira).

Grandes Empresas renovaram assim, nas eleições de outubro de 2014, a cópula incestuosa que, desde a colônia, asfixia a vida social dos pobres e do trabalho, reproduzindo ad infinitum a herança colonial e escravagista. Foi nas eleições que aconteceu a Grande Restauração, aquela que transformou o MPL em... MBL. Mas a indignação só cresceu, enquanto o PT e seus aliados conseguiram entregá-la no colo de uma nova direita para reproduzir assim a moeda fajuta da falsa polarização. O dispositivo era o mesmo, como dissemos, aquele que articula a condição neocolonial com a colonização interna, entre a pilhagem da natureza e da sociedade, contra os índios e os pobres e também os embriões de *general intellect* que o marketing governista insistia em reduzir a uma "nova classe média". A reeleição de Dilma nunca alcançou efetividade social, – por isso dissemos, logo em novembro de 2014, que era uma vitória de Pirro, – tendo começado a ser contestada já no dia seguinte ao resultado das urnas.

Walking Deads

O PT está morto. Um monte de intelectuais brasileiros e globais se ajoelhou diante do cadafalso e chorou por um golpe que não houve. Mas muitos desses mesmos intelectuais ficam calados diante da tragédia do socialismo na Venezuela. Pelo visto, alguns continuam se ajoelhando vergonhosamente.³ Mas a morte do PT ainda está viva e cobra seu preço. Em primeiro lugar, temos a maior e mais grave crise econômica da história do País, um ajuste violentíssimo que é apresentado como caminho único e obrigatório. Em segundo lugar, nos deixa um sem número de narrativas falsas que continuam poluindo a atmosfera e barrando a construção de uma nova política. Para o que nos interessa, o PT já era outra coisa quando, em 2006, usou a volta por cima que conseguiu dar depois da crise do mensalão para confirmar e ampliar a mesma política corrupta, se lixando para os movimentos que o apoiavam e cobravam uma radicalização democrática. Em 2007, a crise financeira global levou o bloco no comando do lulismo a perder todo pudor, seja com a sustentabilidade do crescimento, seja com as reformas. Os interesses dos poucos, do grande capital e das grandes corporações, dos "ricos" cujo modelo era Eike Batista, passaram explicitamente a ocupar a cena e a Casa Civil. Foi no Rio de Janeiro que se estabeleceu a sede desse *Brasil Maior*. Sede nos dois sentidos da palavra: sede como quartel geral do delírio neodesenvolvimentista e sede do dinheiro mesmo — megaeventos e megapropinas no Rio compartilharam lençóis, uma

³ Um desses é Boaventura de Souza Santos: <https://www.publico.pt/2017/07/29/mundo/noticia/em-defesa-da-venezuela-1780518>.

pornografia de política do bloco do biopoder, com o patriarca Lula e os novos ricos comemorando juntos. Entre a Petrobrás e Eike Batista, entre o Pré-sal e os megaeventos, entre Cabral e Paes, do Rio não sobrou nada: depois do saque, repassa-se a conta ao povo.

Subjetividade e infantilismo

É pueril pensar que a produção de subjetividade seja o “ponto cego da esquerda” brasileira. Pelo contrário, é exatamente o que a esquerda quer cegar, inclusive a esquerda que se diz da imanência ou da multidão. A esquerda acaba sempre sendo transcendência. O governo-Dilma criminalizou e o partido-Lula mistificou a subjetividade que produziu Junho e foi produzida por Junho. O abismo em que estamos e a ausência de saída são o resultado direto não do marketing do PT, mas da adesão covarde e arrogante do voto crítico a esse marketing. Foi isso que permitiu desestruturar todo tipo de subjetividade que não seja gregária, passiva, corporativa. A grande questão que fica, como dissemos, segue a mesma: por que essas mistificações funcionaram? Por que elas funcionam? Ainda não foi suficientemente enfatizado o sucesso da operação de levar as ovelhas singularizadas de volta ao rebanho. Foi uma operação propriamente de esquerda e que só a esquerda consegue fazer. A burocracia corrupta do PT tinha algo a defender e recebia pelo que fazia, mas a grande maioria dos que reproduziram – e alguns, com tudo o que aconteceu, ainda continuam reproduzindo – essas narrativas o fizeram acreditando nelas mesmo. É esse sucesso, essa disposição da esquerda a defender o indefensável e se necessário ir até as últimas consequências nessa mistificação, que ainda precisamos pensar e com cuidado, pois não é novo. Como não lembrar o que Cornelius Castoriadis definia como o “consenso dos escravos”⁴ que reinava na URSS (e na China maoísta) e na esquerda internacional apesar de tudo que acontecia nesses regimes totalitários?

A Esquerda é estalinista

É a própria noção de esquerda que precisamos questionar. O Estalinismo não é um problema circunscrito à personalidade e ao período de Stálin, mas uma das características constitutivas da Esquerda, inclusive daquela que se diz antiestalinista. A adesão praticamente unânime da esquerda intelectual – e mais em geral do esquerdismo

⁴ Communisme, fascisme, émancipation”, *L’unità*, 1991 (publicado in Cornelius Castoriadis, *Guerre et Théorie de la guerre – écrits politiques 1945- 1997 – VI*, Paris, Du Sandte, 2016, p. 713).

– às narrativas do PT, exatamente na hora em que ficou explícito o seu conteúdo vazio, suas verdades de papel – produziu não apenas a contenção, mas a destruição da subjetividade constituinte. Todo esse espantoso processo de moagem de Junho precisa ser entendido com *muito* cuidado. Para isso, precisamos retomar as lições dos poucos intelectuais de esquerda que souberam criticar de maneira adequada o estalinismo, como parte integrante e não como mero desvio ou erro do bolchevismo – e ao mesmo tempo do capitalismo. Cornelius Castoriadis se perguntava como o regime soviético tinha conseguido se reproduzir ao longo do tempo: “apesar das lutas heróicas: a revolta de Kronstadt, Makhno na Ucrânia etc., e depois de um terrível percurso, a sociedade russa se ‘deixou levar’”⁵.

É a formação desse consenso de escravos que explica a capacidade que os regimes de esquerda – e não apenas a URSS de Stálin – têm, como o mesmo Castoriadis dizia, de “destruir as significações e arruinar a linguagem”⁶. Estamos mesmo no mundo do marketing do PT: “Nenhum significado verdadeiro está ligado às palavras”; pode-se “mudar arbitrariamente da noite para o dia o que elas significam”⁷. O que devia ser uma rede democrática de mídias livres foi transformado pelo dinheiro governista em uma rede infame de blogues mercenários trabalhando contra a verdade. Assim, como na União Soviética, no PT e na esquerda em geral “não há ideias de nenhum tipo, apenas uma retórica, uma fraseologia”⁸ ou algumas paráfrases. Fala-se de “Política de Estado e Projeto de Nação” e executam-se os mesmos projetos que executaria a direita, porque são aqueles elaborados nas planilhas das grandes empresas e do grande capital. Como apontava Castoriadis, essa propaganda reduz a democracia e visa “transforma(r) o vocabulário social, político, moral, estético, filosófico em um conjunto de marcas e sinais que disparem reflexos automáticos”⁹, sem reflexão nenhuma: a promiscuidade de Lula e Dilma com banqueiros e grandes capitalistas é obscurecida pelo marketing da suposta inclusão social; o estilo autoritário de Dilma é assim transformado em coração valente, ao passo que Marina é destituída de sua biografia e transformada em amiga incolor e assexuada de banqueiros e evangélicos.

Paradoxalmente, há um agravante. Na sociedade da URSS, só podia haver como verdade a verdade oficial, e quem não a respeitasse ia – na melhor das hipóteses – para

⁵ “Devant la guerre”, in Cornelius Castoriadis, *Guerre et Théorie de la guerre – écrits politiques 1945-1997* – VI. Cit., p. 306.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid.

o campo de trabalho forçado. Aqui a adesão foi livre, alavancada pelo voto crítico e depois pelo movimento contra o “golpe”, quando na realidade se trata de um rearranjo interno da coalizão de poder, de sua dimensão *hard power*, da qual o PT tem se tornado uma peça. Nos países do socialismo real, a chantagem era organizada a partir do dispositivo monstruoso que moía as vidas de dezenas de milhares de militantes e de milhões de cidadãos. Um regime monstruoso apoiado graciosamente pelos intelectuais progressistas do mundo todo. Ora, Rosa Luxemburgo criticou, já em 1917 aquilo que ela chamou de "golpe" e Lênin e Trotsky de revolução: “Todas as instituições democráticas têm seus limites e suas ausências, mas o remédio encontrado por Trotsky e Lênin, a supressão da democracia em geral, é pior ainda que o mal”¹⁰. Nós devemos ao rigor democrático de Rosa e aos intelectuais libertários como Berkman, Goldman, Makhno o fato de saber o que o bolchevismo era *desde o início*. Ninguém escutou o que eles diziam sobre o tratamento – de fato, um massacre – que Lênin e Trotsky reservavam aos soviets de Kronstadt e aos soviets ucranianos. O mecanismo da chantagem e da seletividade que vigorava é o mesmo que vimos explicitamente em ação em 2014 e nos anos a seguir.

Em 1938, Emma Goldman tentava desmascará-lo em uma atualíssima crítica: “Leon Trotsky afirmará certamente que toda crítica de seu papel durante a tragédia de Kronstadt só faz reforçar e encorajar seu inimigo mortal: Stálin. Mas é porque Trotsky não pode conceber que alguém possa detestar o selvagem que reina no Kremlin e o cruel regime que ele dirige, e ao mesmo tempo não isentar Leon Trotsky do crime que cometeu contra os marinheiros de Kronstadt”¹¹. Nesse trecho, Emma descobriu o mecanismo binário pelo qual – na esquerda – se cobra uma adesão compulsória: “Stálin não desceu do céu para vir perseguir de repente o desafortunado povo russo. Ele se contenta em continuar a tradição bolchevique, embora o faça de maneira mais impiedosa”¹². Esses testemunhos foram e continuam sendo ignorados, inclusive pela esquerda que se diz autônoma e libertária. Boris Souvarine escreveu em 1977 no prefácio de uma edição de seu livro de 1938 dedicado a Stálin: “Chamavam-se de ‘existencialistas’ e ‘intelectuais de esquerda’, ninguém sabe por que, os apologistas do sem número de atrocidades cometidas por Stálin e suas comparsas”. Tudo isso “com o

¹⁰ Rosa Luxemburgo, *Crítica de la Revolución Rusa* (1917), Tradução para o espanhol de José Aricó, Buenos Aires, Quadrata, 2005, p. 93.

¹¹ Emma Goldman, *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios* (1938), Organização e tradução de Plínio Augusto Coêlho, São Paulo, Hedra, , 2007, p. 123.

¹² *Ibid.*

consenso do ‘beau monde’, do *establishment*. Só era possível se expressar contra a correnteza (...) em publicações quase confidenciais. (Na França) milhões de inconscientes votavam nas eleições pela polícia política (GPU) e pelo Gulag (...)”¹³. É exatamente o mesmo mecanismo que vimos funcionar no Brasil de 2014, com a participação até da fundação que porta o nome da corajosa Luxemburgo, tornando praticamente impossível o debate dentro da esquerda, e isso apesar da evidência de que não apenas a burocracia do PT era totalmente vendida aos interesses das grandes empresas, mas que ela trabalhava ativamente para cancelar o surto de autonomia constituído pelo levante de junho de 2013. A esquerda continua sendo uma transcendência, até para os que se dizem teóricos da política da imanência. Os impasses nos quais nos debatemos hoje dizem respeito à necessidade de romper definitivamente com essa ambiguidade: não mais aceitar manter algumas categorias, alguns totens do campo da esquerda, colocar-se de vez no terreno da invenção livre, imanente aos processos que a desenham. Quanto mais a ideia de comunismo se torna mesmo uma ideia, mais funcionam as feiras sobre comunismo e sobre Marx, para vender alguns livros a mais.

Corrupção e servidão

A corrupção precisa ser apreendida pelo que é: não um desvio, mas um modo de funcionar do bloco do biopoder, do poder sobre a vida, no Brasil. *Não se trata apenas dos desvios na realização das obras, mas das próprias obras*, do modo mesmo de operar, em todos os campos e em todos os níveis, do poder político: desde a Petrobras até as milícias nos territórios metropolitanos, desde as barragens até a gestão do SUS. Sabemos que a ideologia dominante – a grande mídia – tenta reduzir a questão da corrupção atribuindo-a a um desvio das regras que, obviamente, se resumiria a algo de caráter moral. Sabemos também que o resultado desse regime discursivo é de reforçar, de uma só tacada, a ordem e a moral... da corrupção. Na realidade, a corrupção é a regra, e o combate só pode ser o aprofundamento ético da democracia: produção de uma outra relação – aberta, constituinte – entre as regras e sua aplicação. Não há solução, mas luta e uma luta contínua: quanto mais luta e democracia, menos corrupção e vice-versa. O poder exalta a Lei e fala da luta contra a “corrupção” como sendo a “aplicação

¹³ Boris Souvarine, “Avant Propos” (1977), *Staline* (1939), Paris, Ivrea, 1992, p. 14.

da Lei”. Oras, a própria Lava Jato nos mostra que ela só foi (e continua sendo) possível desde que as multidões enfrentaram a Lei, sua ordem constituída e seus dispositivos estatais e privados.

Urgências e impasses do momento constituinte

A maior dificuldade para o movimento popular, diante do impasse de hoje, é a recomposição da luta contra o sistema da representação – e em favor da Lava Jato – com o movimento contra o ajuste. Por sua vez, a luta contra o ajuste precisa de uma nova agenda de reformas. A resistência, pois, deve passar por dois momentos: em primeiro lugar, juntar a defesa da Lava Jato à luta popular contra o ajuste; em segundo lugar, abrir novos espaços políticos de radicalização democrática.

1) Juntar a luta contra o ajuste à luta pela Lava Jato significa dar um outro conteúdo político à crítica judiciária da corrupção e também à luta contra o ajuste. A luta contra a corrupção se torna, assim, terreno de radicalização democrática, ao passo que a resistência ao ajuste ultrapassa seus limites corporativos. O ajuste é duplamente imoral: porque é aplicado pelos mesmos que saquearam o Estado e as vidas dos pobres; porque afirma que o sistema em vigor é o único possível e apenas precisa ser “ajustado”. Não temos nada a ajustar, mas tudo a inventar. Não haverá saída desses impasses nem confiança sem novo pacto baseado na mobilização horizontal dos pobres, inclusive no plano produtivo. Aqui precisamos ser *muito claros*: lutar contra o ajuste não significa defender o status quo, mas dizer que aqueles que querem ajustar, na realidade não querem mudar nada mesmo.

2) As lutas e a resistência precisam de novos fóruns, inclusive em termos de representação. Nesse nível, a situação atual se apresenta de maneira ainda mais complexa: não há nenhuma força política, velha ou supostamente nova, capaz de representar e ainda menos conduzir esse processo. Isso implica que as dinâmicas de movimento são ainda mais urgentes e necessárias. Mas essas não podem ser o único terreno político, porque elas não se sustentarão. Precisamos de novas formas de organização, no próprio terreno da invenção: uma nova pauta de reformas que reconheçam a potência produtiva da multidão do trabalho metropolitano, da vida dos pobres.

Inventar um novo horizonte de reformas

Temos assim outro plano, aquele da *invenção* de um novo horizonte de reformas. A diferença pode vir ao longo de três eixos complementares: a *reforma política*, a *reforma municipalista*, uma virada radical nas *políticas de segurança*. Os três eixos devem se caracterizar por três deslocamentos do debate: as políticas de segurança precisam se organizar a partir do reconhecimento da guerra e do *genocídio* em andamento e assim propor um *plano de paz*; a reforma da previdência precisa se articular com as políticas de *distribuição de renda* e a reforma política precisa ter como âncora o *municipalismo*. Reconhecer a guerra e propor um plano de paz significa, ao mesmo tempo, a abertura em regime de urgência da luta contra o genocídio dos jovens, negros e pobres e abrir um processo de legalização das substâncias proibidas para que passem a fazer parte das políticas de saúde. Integrar a reforma da previdência e a lei da terceirização significa definir um novo marco de proteção social, ancorado na implementação da Renda Básica Universal (usando como base material o Bolsa Família e a Lei Suplicy sobre Salário Mínimo). Para terminar, a reforma política deverá se nortear pela descentralização política fazendo da democracia municipal o principal eixo constituinte. Temos assim o tripé de uma nova pauta: um Plano Emergencial de Paz, uma Nova Proteção Social e um Novo Marco Municipal para o exercício da democracia. Tudo isso precisa enfim ser atravessado pelos temas das lutas indígenas, da demarcação das reservas, da proteção da floresta e dos rios, e isso significa produzir um novo dispositivo legal de reconhecimento e produção dos bens comuns.

Entre globalismo e neossoberanismo: municipalismos

O que a Lava Jato nos mostra é que a clivagem entre mercado e Estado é uma pura mistificação: os intervencionistas que defendem o Estado como “solução” na realidade visam manter seu (ab)uso como instrumento de acumulação originária; os liberais que falam de Estado mínimo escondem que as empresas organizam o saque comprando leis, subsídios e outros cargos estratégicos para construir suas posições rentistas. Corruptos e corruptores são as duas faces de uma mesma e falsa moeda. O que faz a diferença é a democracia: é dessa radicalização que precisamos. Toda reforma política, todo programa social e econômico tem que atacar essa relação promíscua e neocolonial que junta o Estado e o Mercado. No Brasil, isso vai depender da capacidade que teremos de lidar com a crise da nova república (herdada do desfecho da guerra fria)

rumo a um novo pacto constitucional dentro das novas condições do capitalismo contemporâneo. No nível global, isso se desdobra com as novas clivagens que estão aparecendo entre globalismo e neossoberanismo. A vitória do Brexit no Reino Unido e aquela de Trump nos Estados Unidos indicaram a emergência de uma saída reacionária da globalização. Na França, a vitória do soberanismo de Marine Le Pen foi evitada pela operação que levou ao poder Emmanuel Macron, por fora do sistema dos partidos. O “globalismo” parece ser capaz de assumir alguns temas do novo conflito, como na questão das migrações, do multiculturalismo, dos direitos LGBT e também da luta contra o aquecimento global. As declarações de vários governadores de importantes estados norte-americanos contra o decreto de Trump que proibia a entrada no país dos imigrantes oriundos de alguns estados de maioria muçulmana explicitou esse conflito, assim como sobre o futuro das “cidades-santuário” (que abrigam os migrantes ilegais impedindo que sejam deportados). O duro discurso que o próprio Macron pronunciou, depois que Trump declarou a saída dos EUA do acordo de Paris, sobre aquecimento global confirma essa linha de conflito que atravessa a própria composição do poder. Contudo, a luta por uma globalização democrática continua sendo esmagada entre essas duas formas de representação: é no municipalismo que a resistência e a inovação continuam e se aprofundam, numa relação potente entre dinâmicas locais e fluxos globais.

É o caso das experimentações de Barcelona (em medida menor Madri) mas sobretudo dos municípios e estados que, nos EUA, implementam políticas ambientais independentemente das decisões federais. Precisamos, pois, de uma reforma que promova e reconheça o municipalismo no Brasil:

- a)* prever a constituição de listas eleitorais municipais;
- b)* descentralizar em nível municipal a gestão do maior número possível de esferas de governo (redução ao mínimo das esferas de atuação estadual);
- c)* municipalização de portos, aeroportos, rodoviárias;
- d)* construção de um conselho nacional de reforma urbana para a coordenação de políticas emergenciais de saneamento, urbanização, transportes metropolitanos e interurbanos.

A paz e a necessária integração de reformas políticas e reformas econômicas.

As lutas para barrar ou para impor as reformas constituem as duas faces de uma mesma mistificação. Por um lado, é falso dizer que o país pode sair da dramática situação atual sem reformas importantes. Pelo outro, nenhuma reforma conseguirá ser legítima e eficaz se ela mantiver a separação entre o plano econômico e o plano político. No meio dessa clivagem produzida pela “esquerda” e pela “direita”, um indicador em constante e trágica expansão: a violência civil e sua guerra contra os pobres. As cidades do Nordeste povoam o marketing lulista, mas se tornaram infernos no Brasil realmente existente. Como dissemos, a *primeira inflexão* geral deve ser sobre a questão da segurança, com medidas radicais: a primeira medida será pautar a urgente legalização de todas as drogas (que passarão a ser geridas pelo SUS); a segunda medida urgente deve ser a organização de forças-tarefas (Ministério Público, Magistratura, Polícia Federal e Polícia Civil) para o combate ao tráfico de armas e ao tráfico (residual) de drogas: uso do dispositivo da delação premiada para o combate ao tráfico de armas e às milícias.

Em seguida, a abolição das polícias militares e a criação de polícias municipais metropolitanas, em que os delegados deverão ser eleitos pela população dos territórios das delegacias. Deverá ser abolida também a lei do “auto de resistência” e, ao mesmo tempo, organizadas forças-tarefas para sistematizar todas as investigações sobre homicídios e violências contra as pessoas. Plano de investimento emergencial no sistema carcerário, na ordem: desmonte dos pactos entre estados e comandos do crime organizado, indulto dos crimes menores; mutirão para a soltura dos presos por pequenos delitos e pequeno crime e sem processo, revisão das condições prisionais das mulheres grávidas e com crianças menores, reformas dos presídios, construção de novos presídios e destruição dos antigos; promoção de comissões territoriais (com participação de igrejas, escolas, líderes comunitários etc.) pela paz; programa nacional (federal) de proteção das testemunhas. As comissões territoriais deverão receber incentivos econômicos, geridos de maneira totalmente transparente: em termos de investimentos de saneamento, educação e lazer para os jovens.

A *segunda inflexão* é juntar reformas econômicas e reformas sociais e assim colocar no cerne do investimento, afetivo e financeiro, a relação entre mobilização democrática e mobilização produtiva. Isso significa articular no mesmo terreno da reforma da previdência com o aprofundamento e expansão das políticas de distribuição de renda. Ao invés de usar o Programa Bolsa Família contra a Previdência (como está sendo feito), se trata de transformá-lo realmente na base de um novo sistema de

proteção social, rumo a uma Renda Básica Universal (para a qual já existe a Lei Suplicy). Assim, a Reforma da previdência pode não apenas produzir a confiança contábil do capital sobre a dinâmica da dívida pública, mas também mobilizar a confiança dos pobres sobre as condições de sua própria mobilização social. É nessa perspectiva que é possível negociar a reforma trabalhista: não uma mera flexibilização, mas uma nova mobilização. O que essas reformas devem visar com clareza é a diminuição do custo da dívida (os juros) com base na consolidação da mobilização democrática e produtiva: fugindo ao mesmo tempo dos decretos delirantes do neodesenvolvimentismo e dos diktats do mercado. *A terceira inflexão* é aquela de juntar reformas econômicas e sociais com a reforma política, algo que apenas uma nova assembleia constituinte poderia legitimar. Podemos resumir alguns grandes eixos de novos princípios do ponto de vista do funcionamento de toda a estrutura do Estado. Podemos falar de um critério geral a ser afirmado: “ninguém poder ser reeleito e ao mesmo tempo é preciso eleger todo o mundo”. E é preciso defender reformas em nível nacional: abolição da reeleição para todo tipo de cargo representativo, em todos os níveis; eleição dos juízes de todos os tribunais superiores (sobretudo do STF, do TSE etc.) e para os cargos de delegados de polícia: desde a polícia federal até as polícias civis e, sobretudo, para os Tribunais de Contas nos três níveis federais. Abolição das indicações políticas para as superintendências de todos os tipos de fiscalização, aumento do poder dos auditores independentes; eliminação de 95% dos cargos comissionados, que passam a ser ocupados por quadros técnicos concursados, com a construção de colégios eleitorais que misturem os profissionais envolvidos e a participação horizontal – além de critérios para elegibilidade dos candidatos. Eleição de todos os membros das Agências de regulação, dos membros do CARF, do CADE etc. Para terminar, o partido dos sem-partido será aquele capaz de articular dentro de sua própria dinâmica essa capacidade de invenção.

Mas esse, como gostava de dizer Dilma, é o mundo da fantasia. O mundo real é aquele onde o Presidente e seu vice colocam seus amigos como ministros dos tribunais superiores, negam a evidência das acusações, moram em triplex dos amigos e viajam de graça em milagrosos aviões que não são de ninguém.